

1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO**  
2 **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO**  
3 **PAULO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.** Aos dois dias do mês de abril do ano de dois  
4 mil e treze, realizou-se na sala de reuniões da reitoria, às quatorze horas, sob a presidência do  
5 Reitor, professor Arnaldo Augusto Ciquielo Borges e a presença dos seguintes conselheiros:  
6 Aldemir Versani de Souza Callou, Alice Reis Souza, Andréa Cristina Zoca, Aristeu Gomes  
7 Tininis, Caio Ítalo Marcieri Pimpinato, Carmen Monteiro Fernandes, Daniel Garcia Flores,  
8 Daniel Savério Spozito, Débora Eloiza Simeão, Denilza da Silva Frade, Everaldo Nassar  
9 Moreira, Felipe Alexander Julio, Francisco Antônio de Almeida, Francisco de Assis Pereira  
10 Lima, Iara Pedro, Jean-Claude Eduardo Silberfeld, José Carlos Bressiani, José Carlos Mendes  
11 Manzano, José Ricardo Moraes de Oliveira, Márcio Andrey Teixeira, Natanael de Carvalho  
12 Pereira, Paulo José Evaristo da Silva, Sílvia Regina Macedo Pasini, Vitor José Brum e Rita de  
13 Cássia Fernandes Cristóvão, secretária. **Ausências Justificadas:** Irineu Mário Colombo e  
14 Aléssio Trindade de Barros, Écio Naves Duarte, Manoel Canosa Miguez, Maria Ivonete da  
15 Luz da Silva, Valéria Aparecida Cabral. **Convidado:** Eduardo Antonio Modena, futuro reitor  
16 do IFSP. **I- ABERTURA DA REUNIÃO:** Constatado o *quorum* regimental, o presidente deu  
17 por aberto os trabalhos da presente sessão, inicialmente agradecendo a presença de todos. **II-**  
18 **EXPEDIENTE:** Colocada em votação, a ata da primeira reunião ordinária realizada em 05 de  
19 março de 2013 foi aprovada por unanimidade. O presidente perguntou aos conselheiros se o  
20 Professor Eduardo Antônio Modena, futuro reitor, poderia participar da reunião. Não houve  
21 objeções. **ORDEM DO DIA: 1. Relatório de Gestão do Exercício de 2012.** O presidente  
22 solicitou aos conselheiros para que a equipe responsável pela elaboração do relatório pudesse  
23 apresentar os trabalhos e dar os devidos esclarecimentos. Não houve objeções. Os servidores  
24 Gabriel Marcelino Alves, Karin Rumiko Kagi e Tathiane Cecília Enéas Arruda foram  
25 introduzidos na sala. O presidente esclareceu que o Relatório de Gestão é uma fotografia das  
26 ações realizadas durante o ano. O servidor Gabriel iniciou a apresentação explicando que foi  
27 formada uma comissão em 2012 para a realização dos trabalhos do Relatório de Gestão, com  
28 representantes de todos os *campi*. Estes membros participaram da consolidação das  
29 informações, do levantamento das ações realizadas em cada *campus*. Informou que este ano  
30 houve uma nova sistemática na consolidação das informações, com um alinhamento entre as  
31 informações da instituição e do SISTEC, sistema de informações da Secretaria de Educação  
32 Profissional e Tecnológica – SETEC. O conselheiro Daniel Savério perguntou se o item  
33 alunos/concluintes foi calculado com relação ao ano de ingresso. A servidora Tathiane  
34 explicou que o cálculo foi feito com base no exercício de 2012. O servidor Daniel salientou  
35 que, se houve um aumento, este número não reflete a situação atual. A servidora Tathiane  
36 explicou que este número refletirá no SISTEC, que faz a leitura por ciclos de matrícula. O  
37 servidor Gabriel apresentou algumas ações realizadas em 2012 constantes no relatório,  
38 iniciando com Ciência sem Fronteiras e relatando o aumento do número de alunos que foram  
39 para o exterior. Destacou que houve desenvolvimento com relação à pesquisa, que se deu  
40 continuidade na parceria com a Secretaria Estadual de Educação e que houve ampliação da  
41 assistência estudantil. Destacou a realização do concurso público administrativo, com 304  
42 vagas e o início das atividades de dois novos *campi*, Registro e São José dos Campos. Relatou  
43 que foram oferecidas cerca de dez mil vagas nos 208 cursos do Instituto, com sete eixos  
44 tecnológicos. A servidora Tathiane explicitou que em 2012 foram ampliadas as condições de  
45 assistência estudantil com ações como compra de material pedagógico para alunos e visitas  
46 culturais. Informou que dois alunos, independentemente do programa Ciência Sem Fronteiras,  
47 foram para a Espanha e a Áustria e 300 participaram do Fórum Mundial de Educação  
48 Profissional. Disse que estão previstas ações como compra de material para alunos com  
49 deficiência visual, e que foram atendidos, em 2012, 6.760 alunos, quase o triplo do ano  
50 anterior. Informou que um levantamento mostrou que, mesmo recebendo assistência

51 estudantil, os alunos estão evadindo, que seria necessário verificar o porquê. Explicou que foi  
52 feito um mapeamento com todos os *campi*, e que foi conversado com os diretores no sentido  
53 de fazer uma ação mais eficaz com relação ao problema. Apontou algumas das causas da  
54 evasão, a saber: identificação com o curso, motivos de trabalho e dificuldades com relação a  
55 docentes. Disse que cada *campus* pontuou em sua análise as ações que tem sido feitas como  
56 medida de contenção à evasão, que em 2010 houve um projeto da Pró-reitoria de Ensino que  
57 operacionalizou algumas dessas ações e que cabe uma revisão deste projeto, na nova gestão,  
58 para que sejam melhoradas. O servidor Gabriel disse que foram identificados no Relatório de  
59 Gestão três itens considerados como dificuldades no ano de 2012: **1.** A greve, que refletiu na  
60 questão da atualização de dados no sistema acadêmico, **2.** A questão das eleições para  
61 diretores-gerais e reitor, pelo trabalho fatigante realizado e **3.** A falta de pessoal, que se espera  
62 que possa ser sanada com as nomeações que feitas a partir do começo deste ano. Dito isso, o  
63 servidor concluiu sua apresentação e colocou-se a disposição para esclarecimentos. A  
64 conselheira Denilza perguntou se seria possível dar aos conselheiros um parecer técnico,  
65 jurídico, contábil ou financeiro do Relatório de Gestão para que tivessem uma garantia para  
66 aprovar o documento. O servidor Gabriel esclareceu que, do ponto de vista financeiro e  
67 contábil, há uma declaração do servidor Paulo Ferrari, contador da instituição, que valida as  
68 informações constantes no documento, que esta se encontra no final do documento, à página  
69 418. Com relação ao aspecto jurídico, Gabriel esclareceu que a manifestação da Auditoria  
70 Interna não é uma característica do Relatório de Gestão, que auditora do IFSP, Vanilda Pais de  
71 Lima, a cada dois anos, faz uma de prestação de contas à Controladoria Geral da União. O  
72 presidente lembrou que a conselheira já havia feito este mesmo questionamento no ano  
73 anterior e que, à época, já havia sido esclarecido. Explicou que o Relatório de Gestão é a  
74 fotografia do que foi feito durante a gestão. Esclareceu que o papel do conselho é garantir que  
75 a administração adequadamente faça o seu Relatório de Gestão e o encaminhe para os órgãos  
76 de controle. A conselheira Alice apontou para o fato de o próprio relatório apresentar o  
77 organograma da instituição, no qual o Conselho Superior é apresentado com instância acima  
78 de todas as outras. O presidente esclareceu o conselho não é executivo, mas deliberativo, que  
79 define ações a serem executadas, mas a responsabilidade recai em quem as executa. A  
80 conselheira Denilza propôs acrescentar o parecer técnico da Auditoria Interna neste relatório.  
81 O presidente disse que esta última solicitação envolvia diretamente a UADIN, e poderia ser  
82 feita diretamente à auditora. O conselheiro Daniel Savério apontou a dificuldade de não ter  
83 tido tempo hábil para analisar o documento e disse ter encontrado algumas inconsistências nos  
84 dados relativos ao *campus* Salto O presidente questionou a respeito do tipo de inconsistência  
85 encontrada. O conselheiro Daniel Savério especificou que em item relativo à reitoria está  
86 especificado que não houve estagiários em Salto, enquanto que na parte do *campus* estão  
87 indicados 65 estagiários. A conselheira Carmen disse que, com relação à questão dos  
88 estagiários apontada pelo conselheiro Daniel Savério, há uma questão de interpretação. A  
89 informação que não há estagiários na parte da reitoria, refere-se ao estágio remunerado que a  
90 escola proporcionou, como se fez até 2011, quando o Instituto dispunha de bolsas e contratava  
91 pessoas para prestar serviço nos *campi* na qualidade de estagiários. O que há neste momento é  
92 o estagiário dos cursos, portanto, outra modalidade de estágio, ou seja, o estágio acadêmico,  
93 curricular. O servidor Gabriel disse que a equipe detectou algumas inconsistências após ter  
94 enviado o documento, que poderiam ser uma questão de digitação ou com relação aos dados  
95 fornecidos pelos *campi*. O conselheiro Daniel Savério perguntou se não seria mais  
96 interessante fazer esta revisão com um membro de cada *campus*, e esclareceu-se que há dois  
97 representantes por *campus* na comissão. A conselheira Alice apontou para os problemas com  
98 cálculos e as inconsistências, disse que estes devem ser analisados. O conselheiro Aldemir  
99 disse que devido à extensão do documento e às falhas apontadas, não se sentia à vontade de  
100 votar e aprovar o relatório na presente data. Solicitou que fossem acertadas as ressalvas e que  
101 houvesse eventualmente uma outra reunião para votação do documento. O conselheiro Aristeu

102 Tininis perguntou a respeito do prazo para o encaminhamento do Relatório de Gestão ao  
103 TCU. O presidente esclareceu que tinha sido 31 de março. O servidor Gabriel explicitou que o  
104 relatório tinha sido encaminhado ao TCU, esclarecendo que foi comunicado que haveria a  
105 reunião em que o Conselho Superior apreciaria o documento, e que, eventualmente, uma nova  
106 versão do documento deveria ser postada. O conselheiro Aristeu disse que, com relação às  
107 correções, apenas as pessoas pertencentes aos *campi* estariam em condições de detectar as  
108 inconsistências e falhas, e sugeriu que o documento fosse enviado aos *campi* para revisão. O  
109 servidor Gabriel disse que as contas são aprovadas no primeiro semestre e, havendo uma  
110 discrepância significativa que acarretaria a não aprovação destas pelo TCU, há um período em  
111 julho em que a instituição pode fazer as devidas justificativas. Acrescentou que o IFSP, nos  
112 últimos três anos, não teve problemas neste aspecto. A conselheira Denilza lembrou que havia  
113 uma segunda proposta, que fosse feito parecer da Auditoria Interna, correção de dados do  
114 relatório e votação em uma próxima reunião. O presidente solicitou que a Auditora Interna,  
115 Vanilda Pais Lima, fosse chamada. A auditora explicou que, geralmente, o parecer é pedido  
116 quando o Instituto faz prestação de contas. Acrescentou que este ano não se prestará contas ao  
117 TCU e que o trabalho atual seria somente apresentar o Relatório de Gestão, não havendo a  
118 exigência de parecer da Auditoria Interna. O conselheiro Francisco Antônio de Almeida  
119 perguntou acerca da estimativa de tempo para a realização deste parecer. A auditora estimou  
120 uma semana. O presidente perguntou à auditora se ela conseguiria preparar o parecer de modo  
121 a poder realizar uma reunião extraordinária em quinze dias. O presidente disse que, estando  
122 em espera deste parecer, seria encaminhado um documento ao TCU esclarecendo que o  
123 relatório ainda está sendo discutido pelo Conselho Superior. Perguntou aos conselheiros se  
124 havia alguma oposição quanto a este encaminhamento. Não houve objeções. Salientou que,  
125 enquanto isso, os conselheiros teriam tempo para melhor analisar o relatório e para alertar  
126 acerca de inconsistências para que sejam efetuadas as devidas correções. A conselheira Iara  
127 perguntou se não se poderia entrar em contato com os *campi*. O presidente explicitou que  
128 poderiam entrar em contato com os diretores para cobrar a divulgação dos dados locais.  
129 Explicitou que, tão logo o relatório for consolidado, ficará disponível na página web do  
130 Instituto, para apreciação e críticas. O conselheiro Daniel Savério perguntou se era possível  
131 disponibilizar os nomes dos representantes dos *campi*. A servidora Tathiane disse que  
132 conseguiria que isso fosse enviado aos representantes dos *campi*, que o servidor Gabriel,  
133 enquanto presidente entraria em contato com os membros da comissão para solicitar dados  
134 para a revisão. Terminada a discussão deste item da pauta, o conselheiro Aldemir perguntou  
135 se havia a possibilidade de convidar a presidente da Comissão Eleitoral Central para dar falar  
136 ao conselho. O presidente disse que havia condições, mas lembrou que na pauta constava a  
137 análise de outro documento com data marcada para o envio. Disse que, com relação aos  
138 demais itens, haveria maior liberdade. Sugeriu, então que se passasse ao item seguinte da  
139 pauta, aproveitando a presença da Auditora Interna. **2. PAINT – Plano Anual de Atividade**  
140 **de Auditoria Interna – 2013.** O presidente lembrou que o documento já havia sido  
141 encaminhado a todos os conselheiros e pediu à auditora que desse os devidos esclarecimentos  
142 a respeito dele. A servidora Vanilda iniciou dizendo que a Auditoria Interna deve fazer um  
143 plano de suas atividades para o exercício de 2013. Explicou que a Auditoria Interna  
144 encaminha à CGU, esta se manifesta por meio de relatório, caso seja necessário fazer  
145 alterações. Disse que, como representantes da CGU estiveram no IFSP no final de outubro de  
146 2012, já foi feita uma análise prévia do PAINT 2013 e a CGU já se manifestou por meio de  
147 relatório. Explicou que os itens seguidos obedecem ao padrão estipulado pela CGU, na  
148 Instrução Normativa n.º 07, de 29 de dezembro de 2006. O conselheiro Daniel Savério  
149 perguntou se a auditoria relaciona-se estritamente com o aspecto administrativo da instituição.  
150 A auditora explicou que, nos critérios estabelecidos pela CGU, ainda não constam aspectos  
151 relativos ao ensino. O conselheiro prosseguiu sugerindo que a auditora fosse aos *campi*, não  
152 somente para auditar, mas para auxiliar os gestores ao menos uma vez por ano. A auditora

153 disse que, com relação aos processos licitatórios, o procedimento por ela seguido é pedir aos  
154 *campi* que enviem os processos para análise. Com relação a patrimônio, no caso imobiliário,  
155 ela irá aos *campi* para verificar os registros e a manutenção, tudo que irá auditar está  
156 especificado no relatório de gestão. A visita *in loco* dependerá daquilo que será auditado.  
157 Disse que estas visitas são feitas por amostragem, devido à falta de servidores na Auditoria  
158 Interna. O conselheiro Natanael de Carvalho Pereira perguntou a respeito dos cursos a serem  
159 oferecidos pelos *campi*, se o não oferecimento destes tem alguma implicação. A auditora  
160 explicou que estas são apenas informações, pois a CGU solicita a estrutura do Instituto, *campi*  
161 e cursos oferecidos. A conselheira Alice perguntou se a eliminação de sucata dos *campi* é  
162 avaliada pela auditoria. A auditora explicou que, no caso patrimônio mobiliário, a auditoria  
163 verifica o processo de desfazimento, em que há uma parte da comissão de patrimônio que  
164 verifica os bens inservíveis, classificando-os em ociosos ou irrecuperáveis. A conselheira  
165 Alice perguntou se esta comissão já existe. A auditora esclareceu que existe na reitoria e que  
166 nos *campi* deveria existir, que isto já foi solicitado a eles pela auditoria. O conselheiro José  
167 Ricardo Moraes de Oliveira explicou que todo ano é feito o inventário dos bens móveis e  
168 imóveis e são indicados aqueles considerados inservíveis, que com base nesta informação do  
169 relatório anual, são montadas as condições de desfazimento, sob a orientação da  
170 Coordenadoria de Patrimônio da Reitoria. A conselheira Alice disse que talvez não haja tal  
171 comissão no *Campus* São Paulo, dada a quantidade enorme de bens inservíveis acumulados.  
172 A Auditora explicou que há comissão no *Campus* São Paulo, mas que é necessário fazer a  
173 alienação destes bens e que talvez isto não esteja sendo feito pela comissão. Disse que, após a  
174 comissão classificar o bem como irrecuperável, o procedimento é perguntar aos *campi* se há  
175 interesse em algum bem. Se não há interesse, o bem irá para doação. A auditora acrescentou  
176 que nas auditorias de acompanhamento está sendo cobrado o desfazimento dos bens. A  
177 conselheira Iara apontou para o mesmo problema no *Campus* Cubatão. A auditora colocou a  
178 disposição deles o relatório da CGU sobre o PAINT. Terminada a apresentação do  
179 documento, o presidente perguntou se algum conselheiro se opunha à aprovação do PAINT.  
180 Não houve objeções, o plano foi aprovado por unanimidade. A conselheira Denilza solicitou  
181 que fosse discutida a participação dos diretores-gerais eleitos e da presidente da Comissão  
182 Eleitoral Central na reunião, que fossem dados esclarecimentos a respeito do prazo de 60 dias  
183 estabelecido para a conclusão dos trabalhos das comissões eleitorais de locais, visto que o  
184 Conselho Superior havia decidido que este seria de 90 dias. O presidente perguntou aos  
185 conselheiros se queriam interromper a pauta para esta discussão Lembrou que havia três  
186 cursos para serem aprovados, a Organização Didática, o Regimento e os comunicados.  
187 Esclareceu que, nos comunicados, estava prevista apresentação do documento enviado ao  
188 Conselho pela Comissão Eleitoral Central. Com relação à entrada dos diretores novos,  
189 salientou não entender a motivação para tanto. O conselheiro Aldemir esclareceu que a  
190 motivação seria a não nomeação e posse dos diretores-gerais eleitos. O presidente disse que a  
191 questão de nomeação do reitor não cabia a ele, mas à Presidência da República. Explicou que  
192 os diretores terão mandatos coincidentes com o mandato do reitor. A conselheira Andréa Zoca  
193 disse que os conselheiros gostariam de ter esclarecimentos a respeito, pois entendiam que as  
194 eleições deveriam ser concomitantes, não as nomeações. O presidente salientou que o  
195 questionamento feito pela conselheira era dirigido a ele e questionou novamente acerca da  
196 motivação de trazer os diretores eleitos à reunião. A conselheira Denilza disse que há uma  
197 situação de intranquilidade nos *campi*. O presidente salientou que a situação atual não  
198 justificava a entrada dos diretores eleitos na reunião do Conselho, vetando a proposta. Disse  
199 que, com relação a ouvir a comissão, não haveria problema, lembrou que, no decorrer do  
200 processo eleitoral, sempre que houve necessidade, a comissão pôde apresentar suas  
201 argumentações ao Conselho. Disse que se nenhum conselheiro se opusesse poderia pedir que a  
202 presidente da Comissão Eleitoral Central – CEC fizesse uma exposição de seus trabalhos. Não  
203 houve objeções. A servidora Sheyla Gorayeb Silva foi introduzida na sala. Iniciou relatando

204 sobre os recursos que foram tratados na última reunião. Explicou que todos foram  
205 respondidos. Com relação ao recurso referente ao candidato Luís Cláudio, foi explicado que a  
206 comissão localizou o Memorando n.º 7 da Comissão Eleitoral de São Paulo, neste há a  
207 homologação da candidatura do Luís Cláudio com base no recurso em que o interessado  
208 anexou documento comprobatório de Curso de Gestão Pública. Explicou que o candidato  
209 participou da campanha, teve sua candidatura homologada no site do IFSP, participou do  
210 primeiro turno e que a CEC entendeu que ele tem o direito adquirido, não havendo sentido  
211 cassar a candidatura. Relatou que foi realizada reunião para todos os candidatos a Diretor  
212 Geral do *Campus* São Paulo em que foi explicada esta situação, que todos os candidatos  
213 foram convocados, mas somente dois compareceram. Disse que havia outro recurso,  
214 impetrado pelo Professor Antônio Carlos Bragança, em que denuncia que a Comissão  
215 Eleitoral de São Paulo foi indicada pelo Professor Carlos Alberto Vieira. Esta denúncia foi  
216 apurada e concluiu-se que não houve esta indicação, porém foi encontrado um erro na  
217 composição da comissão. Nos depoimentos colhidos apurou-se que os alunos inscritos  
218 decidiram, entre eles, quem comporia a comissão. A Comissão Eleitoral Central entendeu,  
219 pelos depoimentos, que não houve má fé neste ato, seja por parte da comissão que por parte  
220 dos discentes. O conselheiro Aldemir perguntou se à época houve alguma reclamação sobre o  
221 fato. A servidora Sheyla respondeu que não, e que este fato somente foi identificado em  
222 virtude da atual. A servidora Sheyla disse que todas estas informações serão colocadas no  
223 relatório da Comissão Eleitoral Central para que o Conselho analise e dê parecer. O presidente  
224 perguntou à Sheyla se a comissão está conseguindo concluir todos os recursos ou se havia  
225 alguma dúvida a ser encaminhada à Advocacia Geral da República. A servidora Sheyla disse  
226 que todos foram concluídos, que somente neste último caso será feito relatório final para que  
227 o Conselho Superior dê um parecer. O presidente acrescentou que, se a presidente tivesse  
228 ainda dúvidas, seria prudente fazer encaminhamento à Advocacia Geral da União – AGU-  
229 antes da apreciação do Conselho, pois não se tratam de aspectos operacionais, mas legais. A  
230 servidora Sheyla disse que enviaria o relatório final da comissão ao presidente e que ele  
231 poderia mandá-lo à AGU. A Conselheira Carmen disse que seria oportuno que a Procuradoria  
232 do IFSP fizesse um parecer sobre o assunto. A servidora Sheyla apontou para o prazo de 60  
233 dias estipulado nas resoluções relativas aos processos eleitorais dos *Campi* São Paulo e  
234 Bragança Paulista. Disse que a comissão gostaria que fosse prorrogado. O conselheiro  
235 Aldemir disse que, em reunião anterior, o conselho havia deliberado que se seguisse o prazo  
236 de 90 dias estipulado pelo Decreto 6.986. O presidente perguntou se havia outros  
237 questionamentos à Comissão, salientando que o questionamento relativo ao prazo era dirigido  
238 a ele. Não havendo outros questionamentos, a servidora Sheyla foi dispensada. O presidente  
239 esclareceu que o Decreto 6.986 remete a 90 dias para a conclusão do processo, e não apenas  
240 para o trabalho da comissão. Acrescentou que uma vez terminado o trabalho da comissão, um  
241 relatório é encaminhado para a reitoria com o resultado do pleito, com o julgamento de tudo o  
242 que houve e o posicionamento da comissão e que depois há um prazo para a homologação.  
243 Explicou que a decisão de reduzir o tempo havia sido dele, disse que, devido às questões  
244 apontadas pela presidente da comissão eleitoral, de não ter tido condições de formar a  
245 comissão, o tempo se tornou um pouco escasso. Disse que recomendava fazer uma nova  
246 resolução ampliando o prazo em quinze dias, de modo a ter outros quinze para os trâmites  
247 finais. O conselheiro Aldemir disse que, no seu entendimento, os noventa dias é o prazo para  
248 apresentação dos resultados no conselho e não o final. O presidente salientou que a finalização  
249 não se dá com a conclusão do relatório da comissão e que o prazo de noventa dias é para o  
250 término do processo. Propôs, então, prorrogar em vinte e cinco dias, dando 85 dias para a  
251 comissão realizar os trabalhos, assim a comissão seria atendida e haveria margem para a  
252 administração futuramente fazer os procedimentos que julgar necessários. Disse que o  
253 professor Modena havia pedido a palavra, não houve objeções. O professor Modena disse que,  
254 em sua opinião, os cinco dias seriam até poucos e que acreditava que a proposta era razoável.

255 O presidente perguntou se além da proposta de prorrogar por mais vinte e cinco dias haveria  
256 alguma outra. Não houve outras propostas. Nenhum conselheiro se opôs à proposta  
257 apresentada. Dando continuidade aos trabalhos, o presidente pediu ao conselho para  
258 prosseguir com os comunicados. Não houve objeções. Expôs aos conselheiros que na  
259 discussão realizada na reunião de 5 de março passado, relativa à Resolução de Revalidação de  
260 Diplomas Estrangeiros, não havia sido discutido o item referente ao valor que será cobrado.  
261 Acrescentou que deverá ser feita uma resolução específica determinando o valor a ser cobrado  
262 para a revalidação e que será definido pelo conselho. Foi então entregue aos conselheiros o  
263 documento enviado pela Pró-Reitoria de Ensino que apresenta uma pesquisa de valores  
264 cobrados em algumas instituições públicas. Disse que o conselho poderia decidir que o  
265 serviço prestado pelo IFSP seja gratuito ou arbitrar um valor e, neste caso, qualquer cidadão  
266 poderá requerer a isenção do pagamento, sob as penas legais. Solicitou, então, apreciação do  
267 conselho, visto que a resolução está vigente. O conselheiro Daniel Savério sugeriu mapear o  
268 processo, a quantidade de horas necessárias. O conselheiro Felipe Alexander questionou a  
269 respeito da isenção da taxa, se o declarante deveria passar por uma análise criteriosa da  
270 assistente social do *campus*. O presidente esclareceu que a lei faculta a qualquer cidadão  
271 declarar-se sem recursos e que a instituição pública, num primeiro momento, tem que dar fé.  
272 Nada impede que, depois da concessão da isenção, seja feita uma verificação. O conselheiro  
273 José Carlos Manzano disse que, com relação ao valor, deveria ser feito um cálculo  
274 aproximado e ser mantida a questão da isenção. Sugeriu adiar a decisão e fazer,  
275 primeiramente, um estudo com base em alguns indicadores e, depois de achá-los, verificar se  
276 é possível fazer a cobrança sem que haja nenhum tipo de ruído para a instituição. O presidente  
277 disse que entendia ser a sugestão do conselheiro extremamente válida, que seria prudente  
278 pedir uma estimativa à PRE com as devidas justificativas e, neste íterim, se houver algum  
279 pedido de revalidação, fazê-lo de forma gratuita. Caso haja uma grande quantidade de  
280 pedidos, será visto como resolver a questão. A conselheira Alice perguntou se o fato de não se  
281 cobrar valor algum enquanto a taxa não é estabelecida não recairá no problema de renúncia de  
282 receita. O presidente explicitou que não, pois há uma justificativa, é um serviço para a  
283 sociedade para o qual ainda não foi arbitrado valor. A conselheira questionou ainda se havia  
284 problema no fato de a resolução ter saído sem o valor da taxa. O presidente esclareceu que não  
285 há, pois num primeiro momento houve um ato falho do conselho, mas posteriormente houve  
286 discussão e se arbitrou fazer um levantamento. A conselheira perguntou se não seria mais  
287 seguro estabelecer um valor simbólico. O presidente esclareceu que, se for colocado um valor,  
288 e depois se chegar à conclusão que deveria ser maior, será difícil justificar esta mudança, e  
289 que se poderiam justificar as validações feitas sem custo, visto que não há nenhum aspecto  
290 legal que obrigue o IFSP a cobrar a taxa. A conselheira Andréa apontou para o fato do IFSP  
291 ser uma instituição pública e propôs que o serviço fosse gratuito. O presidente tomou a  
292 palavra sintetizando as duas propostas existentes: a proposta estruturada pelo professor  
293 Manzano, que se faça uma avaliação de valores e a proposta da conselheira Andréa: oferecer o  
294 serviço gratuitamente antes de tomar uma decisão. Colocadas em votação, a proposta do  
295 professor Manzano recebeu 18 votos e a da conselheira Andréa recebeu 3 votos. Não houve  
296 abstenções. O presidente disse que encaminharia à PRE o pedido de avaliação de valores. O  
297 presidente lembrou aos conselheiros que havia três propostas de curso. Perguntou se poderiam  
298 ser apreciadas em bloco, na medida em que já haviam sido feitos estudos e verificações em  
299 outros ambientes. Houve uma proposta de discutir os programas de mestrado separadamente.  
300 A conselheira Denilza lembrou que a Organização Didática estava na pauta e sugeriu que  
301 fosse apreciada e votada, visto ser uma demanda dos *campi*. O conselheiro Everaldo Nassar  
302 Moreira salientou que a questão da implementação de um sistema novo de gestão para os  
303 alunos não estar contemplada na Organização Didática. Sugeriu uma reunião extraordinária  
304 para a discussão da Organização Didática, para que os conselheiros dispusessem de tempo  
305 para discuti-la. A conselheira Alice sugeriu reunião extraordinária para discutir a Organização

306 Didática e iniciar a apreciação do Regimento Interno. O presidente sugeriu que,  
307 primeiramente, se retornasse ao item em aberto relativo aos cursos e que, após isso, se  
308 discutisse os itens seguintes. Lembrou que havia a proposta de discuti-los em bloco ou os  
309 programas de mestrado em separado. Em não havendo outras propostas, houve votação e foi  
310 acatada a sugestão de fazer avaliação dos programas de mestrado em separado. **1. Curso**  
311 **Técnico em Automação Industrial do Campus São João da Boa Vista.** O relator, Professor  
312 Natanael de Carvalho Pereira, apresentou o curso, especificando que o projeto já existia e que  
313 foram feitas pequenas alterações no anterior. Explicou que este passou pela análise da PRE,  
314 voltou para o *campus* para correções e foi encaminhado para o Conselho Técnico Profissional  
315 - CTP, que deu parecer favorável ao encaminhamento ao Conselho Superior. Concluiu dando  
316 parecer favorável à aprovação do projeto pedagógico. **2. Curso Técnico em Eletroeletrônica**  
317 **do Campus São José dos Campos:** O relator, professor Natanael, explicou que, no início do  
318 ano, o projeto foi analisado pela PRE, que não sugeriu alterações e encaminhou diretamente  
319 ao CTP. O relator deu parecer favorável à aprovação do projeto pedagógico. **3. Curso Técnico**  
320 **em Comércio do Campus Caragatatuba:** O professor Vítor Brum apresentou o projeto  
321 pedagógico especificando que este foi entregue à PRE no primeiro semestre de 2012, que a  
322 proposta foi analisada, o projeto retornou ao *campus* para efetuação de alterações referentes à  
323 grade curricular e às cargas horárias. Efetuadas as correções o projeto foi encaminhado ao  
324 CTP que considerou o Projeto Pedagógico adequado. Concluiu dizendo que, considerando que  
325 foram atendidas as recomendações da Pró-reitoria de Ensino e do Conselho Técnico-  
326 Profissional, era de parecer favorável à aprovação. Após a apresentação dos cursos, o  
327 presidente franqueou a palavra ao conselho. O conselheiro Everaldo Moreira propôs  
328 aprovação de todos os cursos. Não houve objeções. Os cursos foram aprovados por  
329 unanimidade. **4 Programa de Mestrado Acadêmico em Mecânica, multi campi,** e o  
330 **Programa de Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática, campus São**  
331 **Paulo.** O relator, Aristeu Tininis, iniciou a apresentação especificando que os processos  
332 tiveram início há dois anos e meio, e que foram enviados à CAPES em março de 2012.  
333 Esclareceu que a CAPES analisou a documentação enviada. E que foi atribuída a nota três,  
334 que é habitualmente a de abertura. Disse haver conversado com o diretor do *Campus* São  
335 Paulo onde serão implementados os cursos, com os professores que participaram da  
336 elaboração do projeto e com o Pró-reitor de Ensino. Estes disseram que seria muito  
337 interessante que estes cursos pudessem iniciar a partir do segundo semestre de 2013. Salientou  
338 que o parecer da CAPES diz que o IFSP tem no máximo um ano para implementar estes  
339 programas de mestrado, caso contrário, esta proposta não será mais válida. Especificou,  
340 portanto, que seu parecer era favorável à implementação dos dois cursos a partir do segundo  
341 semestre de 2013. A conselheira Denilza perguntou se existe demanda para este tipo de curso  
342 e se há outros projetos de pós-graduação que ainda não foram encaminhados ao conselho. O  
343 relator Aristeu Tininis especificou que o programa de mestrado profissional foi pensado para  
344 atender uma demanda específica, e que atualmente esta modalidade tem sido oferecida pelos  
345 Institutos Federais. O conselheiro Manzano disse que a demanda de ciências e matemática é  
346 grande, que isto se percebe no mercado. Salientou que o projeto já foi aprovado pela CAPES,  
347 e que é relevante, pois busca formar pessoas para o exercício da docência. O conselheiro  
348 Bressiani propôs que os cursos de mestrado fossem apreciados pelo conselho apenas em  
349 ocasião do encaminhamento à CAPES, não devendo retornar ao conselho para a decisão de  
350 implementação no IFSP, pois não caberia mais ao conselho opinar sobre isto. O conselheiro  
351 Paulo José Evaristo salientou o fato de o Mestrado ser multi-*campi*. O relator esclareceu que,  
352 embora haja docentes de outros *campi*, o curso será oferecido no *Campus* São Paulo. Após a  
353 discussão, não houve objeções quanto à aprovação dos programas de mestrado. Findada a  
354 discussão deste item, o presidente perguntou aos conselheiros se seria apreciada a  
355 Organização Didática. Realizada votação, a maioria decidiu pela não discussão. O presidente

356 lembrou a todos que teria que ser feita uma reunião extraordinária para a apreciação do  
357 Relatório de Gestão 2012 e sugeriu aos conselheiros incluir na pauta a Organização Didática.  
358 Não houve objeções. O conselheiro Francisco Antônio de Almeida reportou-se à falta de  
359 software para o sistema acadêmico, lembrou que o *campus* Barretos desenvolveu um, que está  
360 sendo implementado nos *Campi* Salto e Piracicaba, este software está à disposição de todos os  
361 *campi*. O conselheiro Vítor Brum salientou que este software ganhou o prêmio no Centro  
362 Paula Souza como melhor trabalho desenvolvido na área técnica em 2012. A conselheira  
363 Carmen apontou para o fato da Organização Didática se tratar de documento normativo, não  
364 sendo necessária a especificação dos meios que serão utilizados para cumprir as normas  
365 estabelecidas. Sugeriu que este documento seja claro e prático. A conselheira Denilza sugeriu  
366 que o Pró-reitor de Ensino possa ser ouvido na reunião de discussão da Organização Didática.  
367 O presidente explicitou que, por prática, o relator é um membro do próprio conselho, mas que  
368 nas matérias em que são necessários esclarecimentos, o conselho sempre tem ouvido os  
369 especialistas. A conselheira Andréa Zoca retomou a questão dos diretores-gerais eleitos,  
370 comunicando que há demanda da comunidade quanto a isso. Esclareceu que gostaria de  
371 entender o porquê dos diretores eleitos não terem sido nomeados e qual seria o impedimento.  
372 Acrescentou que, do ponto de vista legal, entende-se que as eleições devam ser concomitantes,  
373 não o mandato. Disse perceber que a demora das nomeações acarreta prejuízo aos *campi*. O  
374 presidente respondeu primeiramente que, com relação à questão do mandato, o IFSP se  
375 encontra em situação não totalmente prevista pela legislação. Disse que o professor Modena,  
376 juntamente com o professor Gersony está preparando um documento a ser encaminhado ao  
377 Ministério da Educação com este questionamento. Explicou que frente a atual situação, está se  
378 validando os atos praticados pelos diretores cujos mandatos já terminaram, porque em tese  
379 estão dentro de uma portaria que os colocou nesta situação. Salientou que os atos praticados  
380 por eles são legais e mantê-los desta forma traz legalidade. Com relação aos novos diretores, o  
381 entendimento foi que o mandato deles, assim como o processo eleitoral, tem que se alinhar ao  
382 mandato do reitor. Esclareceu que não haveria nenhum impedimento legal, é uma questão de  
383 posicionamento. Acrescentou que se esperava que este processo de transição fosse resolvido  
384 no início de fevereiro. Afirmou respeitar e entender a vontade da comunidade e que é  
385 importante que se compreenda que as nomeações estão na iminência de acontecer. Apontou  
386 que certos movimentos havidos parecem não demonstrar a maturidade da instituição. O  
387 presidente disse que é necessário entender que nem um dia em que está permanecendo a mais  
388 no cargo de reitor será retirado do Professor Modena, que ninguém impedirá os diretores  
389 eleitos de assumir o cargo. Com relação ao fato relatado que algumas pessoas não estarem  
390 exercendo sua função adequadamente, o presidente reiterou que os diretores atuais têm que  
391 fazê-lo, visto que são remunerados para isto, que o gestor tem que fazer todas as articulações  
392 pertinentes e que a orientação dada a todos os diretores é que façam a transição junto com a  
393 nova equipe, a exemplo do que está acontecendo com a reitoria. A conselheira Andréa pediu  
394 para que fosse registrado em ata que não houve impedimento do Diretor do *Campus* Salto  
395 entrar na escola e que a fala do presidente deixou transparecer que os alunos não podem ter  
396 opinião própria. Que se luta para que os alunos se mobilizem, que eles elegeram um diretor e  
397 que todos estão indignados com a demora. Que as manifestações não são contra a sua gestão,  
398 mas contra o processo. A conselheira Iara solicitou que constasse em ata o seu  
399 descontentamento, que no *campus* onde estuda as pessoas perguntam se o conselho não está  
400 fazendo nada com relação à situação. Que fosse registrado que se está fazendo, mas que é  
401 necessário esperar os eventos. A conselheira Débora solicitou que constasse em ata que estão  
402 sendo oprimidos pelos alunos, no sentido que se afirma que o conselho não age para resolver  
403 esta situação. O conselheiro Vítor Brum disse que, a respeito do sistema acadêmico referido  
404 anteriormente pelo professor Francisco Almeida, o desenvolvedor, juntamente com os alunos,  
405 o está postando na plataforma moodle, que será criada a modalidade para formação inicial e  
406 continuada, à distância. Esclareceu que o software está sendo utilizado nos *campi* Barretos,

407 Piracicaba e Salto. Acrescentou que a metodologia de Barretos propicia aos alunos fazer a  
408 consulta de sua vida acadêmica *on-line*. Disse que atualmente todas as inscrições do processo  
409 seletivo dos cursos superiores do *Campus* Barretos foram feitas *on-line*. O conselheiro Daniel  
410 Savério questionou sobre a possibilidade das reuniões extraordinárias acontecerem em outro  
411 dia, que não às terças-feiras. Reforçou o pedido da nomeação do diretor eleito do *Campus*  
412 Salto, devido urgência de alguns processos de longo prazo e necessidades administrativas,  
413 para que possam ser dados os encaminhamentos. O conselheiro Bressiani relatou que foi  
414 eleito em cargo público federal em 19 de novembro e nomeado pela Casa Civil apenas no  
415 início de março, que foram praticamente 4 meses de espera, disse acreditar que o caso do IFSP  
416 está dentro do prazo do governo federal. **III - COMUNICADOS:** O presidente comunicou  
417 que o processo referente ao Regulamento Disciplinar do Corpo Discente do IFSP, conforme  
418 decisão tomada na reunião de 05 de março, foi encaminhado à Procuradoria Jurídica para  
419 análise e que esta matéria ainda se encontra com a procuradora, razão pela qual o assunto não  
420 foi incluído na pauta. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a participação de  
421 todos, declarou encerrada a reunião. E para tudo constar, eu, Rita de Cássia Fernandes  
422 Cristóvão, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, vai assinada por mim, pelo  
423 presidente e pelos conselheiros presentes.

424  
425 Rita de Cássia Fernandes Cristóvão \_\_\_\_\_  
426 Arnaldo Augusto Ciquielo Borges \_\_\_\_\_  
427 Aldemir Versani de Souza Callou \_\_\_\_\_  
428 Alice Reis Souza \_\_\_\_\_  
429 Andréa Cristina Zoca \_\_\_\_\_  
430 Aristeu Gomes Tininis \_\_\_\_\_  
431 Caio Ítalo Marcieri Pimpinato \_\_\_\_\_  
432 Carmen Monteiro Fernandes \_\_\_\_\_  
433 Daniel Garcia Flores \_\_\_\_\_  
434 Daniel Saverio Spozito \_\_\_\_\_  
435 Débora Eloiza Simeão \_\_\_\_\_  
436 Denilza da Silva Frade \_\_\_\_\_  
437 Everaldo Nassar Moreira \_\_\_\_\_  
438 Felipe Alexander Julio \_\_\_\_\_  
439 Francisco de Assis Pereira Lima \_\_\_\_\_  
440 Francisco Antônio de Almeida \_\_\_\_\_  
441 Iara Pedro \_\_\_\_\_  
442 Jean-Claude Eduardo Silberfeld \_\_\_\_\_  
443 José Carlos Bressiani \_\_\_\_\_  
444 José Carlos Mendes Manzano \_\_\_\_\_  
445 José Ricardo Moraes de Oliveira \_\_\_\_\_  
446 Márcio Andrey Teixeira \_\_\_\_\_

447	Natanael de Carvalho Pereira	_____
448	Paulo José Evaristo da Silva	_____
449	Sílvia Regina Macedo Pasini	_____
450	Vitor José Brum	_____